

S S COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS S/A
CNPJ: 01.991.461/0001-36

Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de Dezembro de 2025

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2025

(VALORES EM REAIS)

1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

1.1 - Objeto social

A S S Comércio de Combustíveis S/A, com sede na Rua Republica, 955, Paraí/RS, é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo Contrato Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas.

2 - Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1 - Base de elaboração

As demonstrações financeiras da empresa foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

As transações em moeda estrangeira, quando existam, são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos ou perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

2.3 - Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu

valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4- Contas a receber de clientes

Referem-se às vendas a prazo com valores efetivamente faturados. São reconhecidas pelo valor de transação, obedecendo ao regime de competência.

2.5- Estoques

Os estoques de produtos acabados e intermediários foram avaliados pelo custo de produção e os demais estoques foram avaliados ao custo médio, os quais não superam o valor de mercado.

2.6- Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão escriturados pelo custo de aquisição e/ou construção e devidamente retificados pela depreciação/amortização acumulada. Os terrenos não sofrem depreciação.

2.7- Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida úteis definidos adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Empresa testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil.

2.8- Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão demonstrados pelos valores originais de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos fornecedores.

2.9 – Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores e acrescidos de juros pró-rata dia até a data do balanço.

2.10 - Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de

recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. De acordo com o relatório dos advogados, a Empresa não possui obrigações a serem provisionadas.

2.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais.

2.12 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a empresa tenha o direito legal de compensar valores e tenha intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um significativo risco de mudança de valor.

b) Passivos financeiros não derivativos

A empresa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, a empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

c) Risco com Taxas de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da empresa incorrer de perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A empresa não possui contratos de derivativos para fazer “hedge” contra este risco nas suas operações, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de Liquidez

É o risco de a empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional ou estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

e) Risco de taxas de câmbio

Este risco decorre da possibilidade da empresa vir a incorrer de perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

f) Risco de crédito

A política de vendas da empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas a limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

2.13 – Reconhecimento da Receita

As receitas de vendas são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a empresa não detém mais controle sobre o produto vendido ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, e provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela empresa e os riscos e benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

2.14 – Tributação

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), segundo as alíquotas aplicáveis sobre o lucro real.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

Quando o imposto sobre vendas e compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável.

Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor imposto sobre vendas.

2.15 – Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (Impairment)

No fim de cada exercício, a empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para a data do balanço, foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que

um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem quem os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior a aquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

2.16 – Valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 do comitê de pronunciamentos contábeis estabeleceu o alcance e definições sobre o valor justo. Na avaliação da administração os ativos e passivos da empresa não são passíveis de ajuste a valor justo.

2.17 – Ajuste a valor presente

O pronunciamento técnico CPC 12 do comitê de pronunciamentos contábeis estabeleceu que os ativos e passivos de longo prazo, devem ser ajustados pelo seu valor presente. Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração os componentes de curto prazo e longo prazo da empresa não são passíveis de ajuste a valor presente.

2.18 – Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03.

2.19 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Na avaliação da administração, para a data do balanço não existem situações passíveis de adoção de julgamentos e estimativas significativas.

2.20 – Auditoria Independente

A Administração informa que as demonstrações contábeis da sociedade são submetidas à auditoria independente, conduzida por auditores externos devidamente registrados nos órgãos reguladores competentes.

A auditoria independente contribui para a transparência, confiabilidade e qualidade das informações financeiras apresentadas pela sociedade.

3 – Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise dos saldos da conta a receber de clientes é a seguinte:

Conta	2025	2024
Duplicatas a Receber	44.012.129,39	39.069.713,19
Total	44.012.129,39	39.069.713,19

4 – Estoques

A composição dos estoques está distribuída da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Mercadorias para revenda	16.413.216,79	14.268.740,26
Total	16.413.216,79	14.268.740,26

5 – Impostos a recuperar

O valor dos impostos a recuperar está assim distribuído:

Contas	2025	2024
Cofins a recuperar	0,00	8.116,83
ICMS a recuperar	164.491,93	152.478,12
IRPJ a recuperar	8.363,66	0,00
PIS a recuperar	0,00	1.767,12
ICMS a compensar	112.513,05	37.632,62
Impostos federais a compensar	346.592,25	346.592,25
Total	631.960,89	546.586,94

6 – Imobilizado

A composição do imobilizado está assim distribuído:

IMOBILIZADO	2025	2024
Computadores e Periféricos	1.304.309,39	1.060.210,66
Edifícios	160.000,00	160.000,00
Instalações	2.681.689,43	2.258.044,48
Máquinas e Equipamentos	1.973.018,55	1.731.390,26
Móveis e Utensílios	7.331.160,55	6.183.191,11
Terrenos	460.000,00	460.000,00
Veículos	4.732.749,54	4.759.696,14
Predios em Construção - Obra Pavilhao	593.825,97	593.825,97
Prédios em Construção	273.313,08	273.313,08
Total	19.510.066,51	17.479.671,70

7 – Fornecedores

Obrigações vincendas com fornecedores de bens e serviços:

Conta	2025	2024
Fornecedores Nacionais	10.581.370,39	7.699.840,95
Total	10.581.370,39	7.699.840,95

8 – Obrigações Tributárias

A composição das obrigações tributárias está assim distribuída:

Obrigações Tributárias	2025 R\$	2024 R\$
CRF a Recolher	5.467,81	3.504,32
IRRF Pessoa Física a Recolher	81.054,42	31.959,18
IRRF PJ a recolher	1.544,82	1.051,23
INSS Retido a Recolher	77,27	1.369,50
ISS Retido a Recolher	1.719,23	529,68
ICMS a recolher	74.289,22	3.280,39
ICMS Ampara a pagar	1.040,07	944,28
Cofins a recolher	37.500,05	0,00
Pis a recolher	8.120,17	0,00
ISS a pagar	20.182,49	151,80
IRPJ a recolher	70.742,05	59.516,90
CSLL a recolher	23.158,89	24.474,12
Total	324.896,49	126.781,40

9 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

A composição das obrigações sociais e trabalhistas está assim distribuída:

Obrigações Trabalhista e Sociais	2025 R\$	2024 R\$
Salários a pagar	885.063,24	739.429,86
Pro-labore a pagar	3.173,50	3.173,50
Rescisões a pagar	18.104,36	7.953,89
Empréstimo Consignado a pagar	36.852,22	0,00
Pensão Alimentícia/Ordem Judicial a pagar	2.202,63	1.394,81
INSS a recolher	107.486,49	296.857,40
FGTS a recolher	129.115,07	88.341,67
Contribuição Sindical	29.684,37	18.496,89
Total	1.211.681,88	1.155.648,02

10 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social pertence inteiramente a sócios domiciliados no país, composto de 730.000 quotas de capital.

Reservas de Lucros

O saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 152.753,29 (R\$ 152.753,29 em 2024) representado pela reserva legal e reserva estatutária.

Lucros Acumulados

O saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 299.250,80 (R\$1.999.254,93 em 2024).

Pedro Boldori
Contador CRC-RS 044.211/0-7
CPF: 328.958.870-04

Leandro Luiz Sander
Diretor
CPF: 475.894.000-25